

GRAMÁTICA: REFLEXÕES SOBRE UM PERCURSO DE ELABORAÇÃO DE MANUAIS

Maria Helena de Moura NEVES

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) - Universidade Estadual

Paulista Júlio de Mesquita Filho / CNPq.

RESUMO

Como parte que é de uma mesa denominada “Construção de gramáticas descritivas”, composta por autores de gramáticas descritivas de língua, este texto apresenta uma reflexão pessoal que busca recuperar as questões centrais que me têm desafiado na execução desse tipo de tarefa.. Para isso, faço um percurso histórico da definição dos rumos que segui na construção de dois manuais de gramática da língua portuguesa, e paralelamente recolho, em outras obras que elaborei, indicações que podem explicitar as diretrizes tomadas. Por um vexo de formação e de atuação, dirijo as reflexões para a destinação central que sempre pensei para essas obras, que é a destinação escolar, algo que posso resumir em uma busca de entender o que deva constituir um trabalho com a “gramática”, na escola.

ABSTRACT

As part of a round table entitled “Construction of descriptive grammars”, with authors of descriptive grammars of the Portuguese language, this text presents a personal reflection that seeks to recover the key issues that have challenged me in this kind of work. In order to do this, I recover the historical route of the decisions I took in the construction of two manuals of Portuguese grammar and, at the same time, I gather, in other works I have written, information that can explain the guidelines adopted. Being consistent with my background and with my praxis, I offer some thoughts towards the fundamental proposition I have always considered such works to have, which is the school destination, something I can summarize in the question of what should constitute a work with the “grammar” at school.

PALAVRAS-CHAVE

Gramáticas descritivas. Gramática de usos. Gramática na escola

KEY-WORDS

Descriptive grammars. Usage Grammar . Grammar at school.

Introdução

Com certeza, o que esperam de nós, nesta mesa, é uma espécie de depoimento sobre o que vimos fazendo, na elaboração de gramáticas. Foi assim que, pensando no que seria a exposição, fui fazendo mentalmente um percurso de minha vivência, meus estudos e meu pensamento sobre linguagem/gramática, buscando verificar por que fiz o que fiz, exatamente como fiz. É assim que minha fala vai nessa direção.

Parto de um percurso histórico da definição dos rumos que segui na construção de dois manuais de gramática da língua (Neves, 2000; 2010a; Neves, no prelo). Isso envolve uma definição do domínio da gramática, com opção por um determinado procedimento de “criação” e descrição de fatos, o que, no meu caso, envolve o exame dos usos reais. São usos observados especialmente em um banco de dados elaborado para tal tipo de trabalho (e para a elaboração de dicionários, como explicitarei logo a seguir) e também observados em textos correntes, de variadas modalidades, escritos e falados, que se encontraram disponíveis.

Em primeiro lugar faço a indicação histórica (documental) do projeto que levou à elaboração da **Gramática de usos do português** (2000). E nessa incursão está um primeiro preito que quero render.

Nos idos de 1990, na UNESP de Araraquara, meu professor de Linguística de todo o curso de Graduação em Letras, o grande mestre Francisco da Silva Borba, sabendo que eu iniciava a elaboração de um manual de gramática de usos, convidou-me para emprendermos um grande projeto de elaboração de um dicionário e uma gramática dessa

natureza (unidos, pois, por princípios comuns). Iniciamos, então, a confecção de um *cópus* de língua escrita que hoje está com mais de 200 milhões de ocorrências. A **Gramática** ficaria por minha conta, e o **Dicionário** teria uma equipe de elaboração (com 5 pessoas, entre elas eu e o próprio Borba, cada autor com 20% das tarefas). Tudo foi feito. O início da coleta de usos foi de grande dificuldade, tudo muito artesanal. Lembro-me especialmente da minha alegria quando consegui da Fundação UNESP os recursos para adquirir um aparelho leitor de caracteres (hoje jurássico, peça de museu), e da FAPESP os recursos para pagar digitadores, que, na tarefa de coleta de textos, simplesmente (e jurassicamente) copiavam trechos de obras dos cinco campos que o Professor Borba instituiu como formadores do nosso banco: Literatura, Jornalismo, Oratória, Dramaturgia e Obras técnico-didáticas (inicialmente, apenas da segunda metade do século XX). Pouco tempo depois a responsabilidade de elaboração do *cópus* passou para o Professor Borba, exclusivamente, e com ele está até hoje – no Laboratório de Lexicografia que ele fundou na UNESP de Araraquara –, agora recuando no tempo para abranger obras de todos os séculos de produção no Brasil.

Infelizmente, um dos propósitos de nosso projeto inicial não foi levado adiante: era que as duas obras (a *Gramática de usos do português* e o *Dicionário de usos do português*) saíssem em conjunto, até com a mesma capa (como ocorreu com o COLLINS-COBUILD). Por razões da própria elaboração e por contingências editoriais, minha *Gramática* foi publicada em 2000 e nosso *Dicionário* em 2002, e por editoras diferentes (Editora da UNESP e Ática, respectivamente).

1. A tomada de decisões

Vou lembrar, aqui, especialmente – e dentro do tema desta mesa – minha história de lida com a entidade “gramática”, buscando o que constituiu o fundamento na tomada de decisões para a elaboração de

uma **Gramática de usos do português** (duas obras: 2000 e no prelo). Para tal exame, neste ponto de minha trajetória, vou apresentar um recorte de afirmações que andei fazendo em algumas de minhas obras, enquanto lidava com os fatos de língua segundo a diretriz que conduziu a observação dos usos linguísticos, o modo de tratamento dos dados, a instituição dos fatos de análise. E início com o histórico.

- 1) Começo com minha ligação visceral com aquilo que representou, para a história do pensamento ocidental, a emergência de uma disciplina gramatical na Grécia. No livro **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem (1987; reformulação em 2005), e em muitos artigos subsequentes, procurei construir uma linha de reflexão sobre as condições de nascimento da gramática ocidental, evidenciando a natureza intrínseca da obra produzida bem como a natureza e o valor desse tipo de obra em um contexto sociopolítico. Concluo pelo inegável peso dessas determinações num exame que busque avaliar as análises linguísticas em contexto de situação e em contexto de cultura, ou seja, na realidade do uso, que é o que está em minhas duas gramáticas descritivas. Ora, a gramática grega incipiente é produto claro de uma realidade.
- 2) No livro **Gramática na escola** (1ª edição em 1990), refleti sobre a disciplina Gramática, buscando um diagnóstico sobre o ensino da língua portuguesa nos diversos níveis, e buscando sempre apontar a necessidade de apoio em princípios teóricos consistentes, para tratamento da disciplina Gramática na escola. Tenho sempre forte essa destinação, em meu trabalho com a gramática
- 3) No livro **A gramática funcional** (1ª edição em 1997), reuni, didaticamente, as bases da teoria funcionalista da linguagem, que considero poder orientar o exame da língua em uso.

Explicitarei os principais temas envolvidos no exame do uso linguístico: competição de motivações, sistematicidade e funcionalidade, percurso metafórico, força metonímica, gramaticalização, iconicidade, etc. São temas centrais no desenvolvimento dos estudos que vêm sustentando a minha elaboração de gramáticas.

- 4) No livro **A gramática: história, teoria e análise, ensino** (2002) busquei conciliar reflexões voltadas ao tema “gramática”, em algumas direções consideradas básicas, desde a própria história da disciplina gramatical no Ocidente até a missão de “ensino” da gramática, passando pela análise de fatos gramaticais e pela explicitação de bases teóricas que sustentam as reflexões.
- 5) No livro **Guia de uso do português: confrontando regras e usos** (1ª edição em 2003) apresentei um confronto entre as normas prescritivas e o uso efetivo das formas da língua portuguesa, observado em corpus. A problemática é crucial no reconhecimento da variação linguística, e de sua aceitação, especificamente quanto ao reconhecimento de uma identidade linguística vista como unidade na diversidade, na descrição dos usos.
- 6) No livro **Que gramática estudar na escola?** (1ª edição em 2003), assentei a necessidade de uma gramática escolar que, legitimada pela sua relação com o uso efetivo da língua, dê conta dos usos correntes atuais, não perdendo de vista o natural e eficiente convívio de variantes, incluída, aí, a norma tradicionalmente considerada padrão.
- 7) No livro *Texto e gramática* (1ª edição em 2006), reuni reflexões sobre os “processos de constituição do enunciado”, dirigindo sempre a atenção para a gramática, que organiza as relações, constrói as significações e define os efeitos pragmáticos que, afinal, fazem do texto uma peça em função.

- 8) No livro **Estudo de língua e vivência de linguagem** (2010b), reforcei uma proposta de tratamento da gramática que não se isole da vivência da linguagem. Essa visão representa olhar reflexivamente a língua que se manifesta pela ativação da linguagem, representa ver a gramática da língua como a responsável pelo entrelaçamento discursivo-textual das relações que se estabelecem na sociocomunicação, sustentadas pela cognição.
- 9) Nos 3 dicionários de português em que já atuei como coautora, com coordenação do Prof. Francisco da Silva Borba (**Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**, 1ª edição em 1990; **Dicionário de usos do português**, 2002; **Dicionário UNESP do português contemporâneo**, 1ª edição em 2004), e no que está em elaboração (o **Grande dicionário do português do Brasil**), o que se procurou – e se procura – observar e descrever é a lexicogramática dos itens em função. Entende-se, aí, que o dicionário é, ao lado do manual de gramática, um espaço essencial de revelação do assentamento potencial das categorizações, tema central no projeto da organização gramatical.
- 10) Tenho de apontar, ainda, o dicionário grego-português, em 5 volumes (publicações em 2006, 2007, 2008, 2009, 2010), que coordenei na UNESP – Campus de Araraquara, juntamente com duas colegas, e que colaborei, juntamente com professores de grego de diversas universidades do país, repetindo nele aquela experiência de explicitação de uma lexicogramática, especialmente na visão da potencialidade das relações construcionais e no tratamento das palavras gramaticais.
- 11) Não quero deixar de falar de minha atuação no grande projeto de **Gramática do português falado** do Professor Ataliba Teixeira de Castilho, uma experiência de pesquisa coletiva

que muito pesou nos rumos de minha visão de gramática. É o segundo preito que eu rendo a um chefe de equipe de trabalho intelectual a que pertenci ou pertenço. Nesse projeto fui, por anos – continuando o trabalho do Professor Rodolfo Ilari –, coordenadora de uma das equipes, aquela que buscou, especialmente, ligar classes e funções no exame de itens da língua e de processos implicados no seu uso, em *cópus* oral, o do NURC-Norma Urbana Culta (Ilari; Neves, orgs, 2008). Desse projeto, nesta mesa, fala aqui o próprio comandante. Apenas direi que o exame desse *cópus* particular (gravado) fez ressaltar o que representa, no contexto de uso da língua em função, a valorização dessa modalidade primeira do uso linguístico.

E agora vou propriamente às minhas duas obras que constituem, de certo modo falando, “manuais de gramática” (a segunda, no prelo).

- 12) Na obra **Gramática de usos do português** (1ª edição em 2000, 1037 páginas; 2ª edição em 2011, revisada, 1005 páginas) descrevi o funcionamento dos itens da língua portuguesa segundo seu uso efetivo no amplo *cópus* escrito disponível, com ocorrências de diferentes registros, como já aponteí. Entendi e entendo que a avaliação dos usos é o objeto e a meta natural de uma gramática que envolva os componentes da interação.
- 13) Na obra **Gramática de usos da língua portuguesa: lições** (no prelo, cerca de 1300 páginas), a pretensão é levar lições de gramática, de uso potencial no ensino, ao mesmo universo que é da ciência e é da história, que requer raciocínio e também requer arte, que traz lição e traz vivência. A diretriz central é, com sustentação em textos, e com foco no tratamento escolar da gramática, falar da língua portuguesa falando da linguagem em uso, bem como dos procedimentos de constituição dos enunciados.

Fica entendido que o termo **gramática** usado em minhas propostas implica valorizar a explicitação dos usos na obtenção de resultados de sentido em uma situação de interação verbal, ou seja, implica empreender uma gramática de usos. Fica assentado que, buscando-se as destinações funcionais da língua em função, privilegia-se uma direção teórico-metodológica que permite avaliar a funcionalidade dos deslizamentos categoriais e das superposições funcionais no estudo gramatical.

2. A elaboração dos manuais

Como já aponte, para avaliação de como se pode verificar a diretriz traçada na elaboração dos manuais vou retirar, de algumas das obras, afirmações que andei fazendo, para, com isso, reafirmar meu empenho na obtenção de uma pesquisa linguística centrada na necessidade de uma forte reflexão sobre as atividades de elaboração de obras (meta) gramaticais e (meta)lexicográficas da língua¹.

2.1. Sobre a natureza da GRAMÁTICA

Tenho repetido uma afirmação que fiz há mais de vinte anos, estudando a origem da nossa vertente ocidental de gramática:

A gramática é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas que representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem. (**A vertente grega da gramática tradicional:** uma visão do pensamento grego sobre a linguagem, p. 15)

¹ Este item 2 volta a algumas considerações que fiz em conferência que pronunciei em 2008, em Leipzig, Alemanha, por ocasião da homenagem aos 65 anos do Professor Eberhard Gärtner, autor da *Grammatik der portugiesischen Sprache* (Gärtner, 1998). A conferência (publicada em Neves, 2010c) versou sobre “A tarefa do gramático”, que é exatamente o tema que coloco em questão neste trabalho. Também naquela ocasião parti de afirmações minhas publicadas (não as mesmas, ressalvo), para conduzir as reflexões.

De fato, a gramática não poderia ser escrita livre de uma teoria. É ela que constrói os fatos, não se podendo conceber uma descrição de gramática ateórica nem uma construção de fatos sem recurso a uma teoria que os configure.

Assumindo essa visão, dirijo, agora, minhas reflexões por questões que me têm desafiado na execução desse tipo de tarefa. Faço uma avaliação dos propósitos que me vêm motivando e orientando no preparo de trabalhos de análise e sistematização de fatos – fatos que a teoria recorta – da língua portuguesa.

O que aqui ponho em foco é esse mister meio nebuloso de fazer uma “gramática”, discussão que suscita uma série de questões pelas quais passarei.

2.1.1. Sobre o conceito de gramática

Estas são perguntas que já fiz em uma de minhas obras, e a que tenho voltado várias vezes, em minhas reflexões. Olhemos na história:

O que é a gramática? Arte? Técnica? Ciência? Funcionamento ou descrição? Conhecimento ou explicitação? Todos os que falam do uso linguístico hão de se surpreender fazendo esse questionamento. (**A gramática**: história, teoria e análise, ensino, p. 9)

Não cabe aqui definir o termo **gramática**. As diversas acepções correspondem exatamente às diversas tarefas que um estudioso assume na sua atividade de descrição. Pelas diversas assunções teóricas e pelos diversos caminhos, sempre é possível chegar a descrições coerentes e relevantes. Se se vai ao núcleo duro das relações, isto é, à sintaxe pura (gramática da competência, extremamente rigorosa, com certeza), chega-se a proposições e generalizações de grande rigor, mas de aplicação específica; se se vai ao feixe de componentes que se implicam

na enunciação enunciada (gramática da atuação, digamos), chega-se a proposições mais fluidas, como fluida é a atuação, mas pode-se atingir o feixe de funções que o uso opera. De qualquer modo, a gramática é o suporte da relação entre a cadeia sonora e o significado, respondendo, no fundo, pelos sentidos e pelos efeitos que a rede montada na linguagem equaciona e revela.

No que respeita às incursões que tenho feito (e como exponho em Neves, 2006), falo de uma *gramática* como “funcionamento”: a gramática como organização das relações, como construção das significações, como definição dos efeitos pragmáticos, enfim, como mecanismo que faz do texto uma peça em função. Entende-se, assim, que produzir linguagem nada mais é do que ativar processos que a gramática organiza, entrecruzando-os, para compor textos, na interlocução.

2.1.2. Sobre o conceito de descrição grammatical

Este é um trecho da Apresentação que fiz à minha **Gramática de usos do português** (p. 13):

A Gramática de usos do português constitui uma obra de referência que mostra como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil.

E este é um trecho da 4ª capa da obra:

O que as lições fazem, portanto, é organizar numa gramática da língua portuguesa as possibilidades de construção que estão sendo aproveitadas pelos usuários para a obtenção dos efeitos de sentido pretendidos.

Bem na linha desta mesa – sobre “gramáticas descritivas” –, creio poder afirmar que o que se espera de um manual de gramática da língua é exatamente a descrição dessa língua, seja com que intenção, direção,

orientação e suporte for. Se o manual se dirige ao uso linguístico – o que envolve uma integração dos componentes sintático, semântico e pragmático, com todas as implicações que isso acarreta –, há de predominar a lida com processos que se entrelaçam, na atividade discursiva, e é por essa via que se chegará a categorias – mutuamente relevantes que são, na ativação dos processos –, e ficará configurado um sistema sempre equilibrado, mas nunca engessado.

Categorias e processos não se perfilam automaticamente, e muito menos previamente, a não ser pela vocação de determinadas categorias para determinadas funções. Nem se permite supor que a correspondência seja um a um, ou que haja enquadramentos fixos, porque, se assim fosse, a língua não funcionaria em linguagem, dada a multiplicidade de sentidos e efeitos que a linguagem por natureza obtém no seu acionamento, para que cumpra suas funções. A sua natural indeterminação, a multifuncionalidade de seus itens, a fluidez de fronteiras, a existência natural de permeações categoriais, isso é o que permite que a língua diga aquilo que é necessário, que é bom, e que é relevante que se diga, bem como aquilo que é belo e encanta com a palavra. Não se há de entender, por aí, que o papel do gramático seja olhar e recolher fragmentos de natureza escorregadia e descrever desequilíbrios. Cabe a ele descobrir correspondências regulares que respondam pelo estabelecimento do estatuto categorial dos diversos itens em funcionamento na produção linguística.

2.1.3 Sobre o conceito de sistematização gramatical

Assim está em um livro em que confronto regras e usos, em exame de corpus:

Esta obra busca, em primeiro lugar, informar exatamente como estão sendo usadas pelos falantes as formas da língua portuguesa. O ponto-chave é que o uso pode contrariar as prescrições que a tradição vem

repetindo, e o falante [...] terá de conhecer os dois lados da questão: a) o modo como os manuais normativos dizem que “deve ser” ou “não deve ser”; b) o modo como, realmente, “é”. (**Guia de uso do português: confrontando regras e usos**, p. 13).

A crítica à gramática e aos gramáticos – com respingos injustos nos nossos precursores na gramática alexandrina – vai em geral para o que se considera um imperdoável compromisso com a normatividade. Essa avaliação, em geral imperfeita, assimila o oferecimento de quadros ao oferecimento de paradigmas estanques, e, por aí, ao oferecimento de modelos. Em geral, nos manuais, os modelos estão propriamente nos exemplos (escolhidos dentre os “ótimos” exemplares para cada caso), mas a avaliação corrente da gramática como normativa decorre, realmente, daquela exposição de quadros que exibem, absolutamente engessadas, as que seriam as peças de funcionamento da língua de cada um. Oxalá alguma coisa houvesse, mesmo, nas escolas, que fosse aproveitada para o conhecimento do que é a “norma” naquela língua, naquele lugar e naquele tempo, para conhecimento do que é “normal” na linguagem daquela comunidade. Isso, ao menos, responderia a uma função de apoio social.

Mais uma vez, é necessário insistir no fato de que a finalidade de qualquer gramática de referência é, sim, a busca das regularidades, a especificação da sistematicidade da atividade linguística, o que com certeza há de corresponder a quadros, no registro da sistematização. Por mais que uma gramática se comprometa numa visão que capte as instabilidades (sempre em equilíbrio) da linguagem, não se espera dela uma banal descrição tópica de fatos avulsos, uma análise que ignore o sistema igualmente regulador de todos os enunciados da língua, quaisquer que sejam suas manifestações episódicas.

2.1.4. Sobre a relação entre texto e gramática

Em um livro em que busquei mostrar a interdeterminação das entidades texto e gramática, assim está:

A interação verbal é uma atividade estruturada (com regras, normas e convenções), mas também é uma atividade cooperativa, e, desse modo, ativam-se, na linguagem (que é sempre uma interação), dois sistemas de regras: as que regem a constituição das expressões linguísticas (regras sintáticas, semânticas, morfológicas e pragmáticas) e as que regem o modelo de interação verbal no qual as expressões são usadas (regras pragmáticas). (**Texto e Gramática**, p. 13)

Por aí vai a gramática do uso, que só pode partir da noção de uma linguagem a descrever *na* enunciação e *pela* enunciação. O componente pragmático é determinante, e não no sentido puro e simples de uma perspectiva que se agregue, para valorização do discurso. Compreenda-se que o contexto de situação, inserido no contexto de cultura, projeta diretrizes para a interação linguística – como relação humana que é –, e compreenda-se, também, que a organização das porções informativas, em seu fluxo, pertence a um componente eminentemente pragmático (em correspondência com o conceptual).

Se a gramática ativa esses dois sistemas de regra (a reger os enunciados e a própria atividade linguística), cria-se uma moldura pragmática dentro da qual nascem as peças de linguagem: governadas por um núcleo duro da gramática, que faz o amarramento morfosintático das cadeias; e arrançadas textualmente por regras semântico-pragmáticas.

2.1.5. Sobre as bases de uma gramática de usos

E chegamos à gramática na escola.

A escola não pode criar no aluno a falsa e estéril noção de que falar e ler e escrever não têm nada que ver com gramática. (**Que gramática estudar na escola?** p. 128)

A inserção é clara em uma teoria que, com base na noção de que a linguagem é, por natureza, funcional, considera as estruturas linguísticas exatamente pelo que elas representam como organização dos meios linguísticos de expressão. Temos uma linguagem, que é o nosso “poder”, temos uma língua particular que é o nosso “saber”, e temos as constantes situações de uso linguístico, em que, com nosso “poder”, acionamos o nosso “saber” exatamente pelo exercício das funções. No percurso inverso, quem se puser a explicitar esse uso linguístico estará fazendo a explicitação do próprio funcionamento da linguagem, a partir de uma determinada instância. Essa é a missão do gramático: fazer ver que a metalinguagem ativada em função dá conta do conjunto de atividades de linguagem que criam sentidos e produzem efeitos.

Resta acoplar a absoluta determinação do componente conceptual envolvido na ativação da linguagem, portanto na sua “gramática”, que não cabe ao gramático explicitar, mas que não pode ficar desconsiderado. Essa consideração é um seguro ponto de apoio para que nunca se perca de vista a noção de que a “embalagem” linguística de um enunciado, sempre linear e segmentável, responde naturalmente a um “pacote” cognitivo global. É da “gramática” de cada um – acoplada a seu léxico – a tarefa de “embalar” os conteúdos em segmentos que se alinhem coesiva e coerentemente na produção de linguagem.

A gramática que vai à escola não pode descaracterizar-se por uma inocente aceitação de que simples receitas e rótulos serão mais fáceis de digerir do que fundas reflexões que revelem a verdadeira natureza da linguagem, a qual, necessariamente, é complexa.

3. Pesquisando a destinação

Assim se inicia a Apresentação de meu último livro, em que defendo que o uso linguístico decorre da visão de língua, que, por sua vez, decorre da vivência da linguagem:

Este livro se destina a todos os que se interessam por uma proposta escolar de tratamento da gramática que não se isole da vivência da linguagem, ou seja, que ponha em estudo, realmente, a gramática da língua em função. (...) Essa visão representa olhar reflexivamente a língua (...) em contexto de situação e em contexto de cultura, em inter-relações e em interfaceamentos. (**Ensino de língua e vivência de linguagem**, p. 9).

Novamente vou à escola, escolhendo para comentário a destinação escolar da proposta.

Se é difícil delimitar o conceito de gramática, não menos problemático é entender o que deva constituir uma disciplina Gramática, ou um conteúdo curricular a ela ligado, dentro da grade curricular escolar.

Cabe verificar o que representa trabalhar com gramática na escola, ou “ensinar” gramática. Em primeiro lugar, como já aponteï, tradicional e historicamente, a gramática que a escola tem oferecido a seus alunos não é a da “língua competência”, também não é a da “língua discurso”, é simplesmente a sistematização gramatical fria e inerte do sistema daquela língua particular, no nosso caso o português. E aí se considera que fica cumprida a missão de oferecer aos alunos a gramática da língua portuguesa com o simples oferecer de parâmetros tradicionalmente instituídos: esquema de classes e subclasses, ou elenco de funções dentro da estrutura oracional, nem sempre avaliadas as complexas relações entre as classes e as funções.

E todos os estudiosos que se têm dedicado a avaliar o ensino vigente nas escolas têm acentuado o caráter absolutamente “ritual” de que o ensino tradicional de gramática se tem revestido. Foi também o que verifiquei em pesquisa de campo que empreendi (Neves, 1990).

Concluindo, há lições fundamentais sobre o funcionamento da linguagem que a escola tem esquecido, como venho acentuando em várias oportunidades:

- a) A gramática não é um corpo estranho à língua, apenas dialogando com ela: o uso linguístico (a organização da fala) constitui a ativação da gramática.
- b) A gramática não é um aparato que temos guardado ao nosso lado apenas para destrinçar frases, como se aí se esgotasse a linguagem: essa não é a estrutura limite que devemos alcançar, é apenas uma das organizações que a gramática provê para o uso linguístico.
- c) A gramática da língua em função não é uma peça pronta e fechada em que iremos buscar, em determinado momento, para atribuir a elementos ou a estruturas, entidades absolutamente compartimentadas às quais possamos chegar mediante um estoque de rótulos que tenhamos arranjados em prateleiras: as entidades funcionais da língua não estão discretizadas e amoldadas *a priori*, o acionamento dos processos é que vai definir funções, e, por aí, vai amoldar classes.
- d) Assim, não é legítimo reduzir a gramática a um esquema taxonômico de categorias que esperam aplicação: não há planos isolados que respondam pelo funcionamento da língua, pela produção de linguagem.

Considerações finais

Assim eu programei o livro em que trago uma gramática do uso da língua portuguesa numa forma que classifiquei como de “lições”:

O livro se dirige pela noção de que o estudo da gramática da língua pode e deve centrar-se em reflexões sobre a linguagem. O que se pretende é que o estudioso da gramática a entenda como a organização de princípios que leva à produção textual-discursiva, e que, portanto, leva à produção de sentido na interação linguística. **(Gramática de usos da língua portuguesa: lições, a sair):**

Falemos, pois de nós, assim chamados “gramáticos”. E mais uma vez recolho ponderações que tenho feito insistentemente.

Parece que a sina é que a sociedade em geral olhe os gramáticos como aqueles que, em um livro, fecharam questões. Mas fecharam tão bem que nem com a chave – ou seja, com o livro na estante, ali, à mão – o consulente resolverá suas pendências com a língua que usa. A partir dessa terrível afirmação, encerro com perguntas, e não com respostas:

Não seria o caso de – em primeiro lugar – a escola (exatamente a escola) começar a mostrar àqueles que se estão formando para a sociedade que não é só nas aulas de matemática, física, química que o aluno tem de pensar? Que são especialmente as aulas de Língua pátria que têm de ser baseadas em atividades reflexivas, porque nelas está a porta – e a chave da porta – de tudo? Que é por elas que o falante vai chegar a saber, realmente, definir melhor suas pendências, escapando da angústia de passar a vida tentando resolver pendências falsas (por exemplo, as de adequação a uma etérea “norma”)? Que na explicitação da gramática está o exercício fundamental sobre o cálculo de produção de sentido na linguagem (que é o que resolve todas as pendências de todos os ramos de conhecimento)?

Afinal: Quando, sem linguagem, chegar a programar, por exemplo, a aventura da “visita” a outros corpos celestes? Onde, sem linguagem, chegar, por exemplo, à instituição de um programa nuclear (ou sequer ao enriquecimento do urânio)? E como, sem linguagem, chegar a planejar, por exemplo, estratégias de preservação do planeta – a bola da vez? Ou seja (talvez sofismando): Como – afinal – sem linguagem, preservar a própria linguagem, que é o que nos foi garantido pelo nosso próprio estatuto de seres humanos, e que, na mão inversa, constitui a garantia desse nosso estatuto?

Referências

BORBA, F. S. (org.) **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP. Dicionário de usos do português. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004

GÄRTNER, E. **Grammatik der portugiesischen Sprache**. Tübingen: Max Niemeyer, 1998.

MALHADAS, D.; DEZOTTI, M. C. C.; NEVES, M. H. M. (coords.). **Dicionário grego-português**. São Paulo: Ateliê, 2006-2010. 5 v.

NEVES, M. H. M. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000; 2ª ed. 2010a.

_____. **A gramática: história; teoria e prática; ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

_____. **Guia de uso do português: confrontando regras e usos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

- _____. **Que gramática estudar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **A vertente grega da gramática tradicional:** uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- _____. **Texto e gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Ensino de língua e vivência de linguagem.** São Paulo: Contexto, 2010 (2010b).
- _____. **A tarefa do gramático.** In: DÖLL, C. et al. (Eds). De arte grammatica. Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 65. Geburtstag. Frankfurt am Main: Valentia, 2010 (2010c).
- _____. **Gramática de usos da língua portuguesa:** lições. São Paulo: Contexto, no prelo.